

Mapeamento da cadeia de valor do cumbaru na Baixada Cuiabana: ação de fortalecimento e desenvolvimento endógeno

Mapping of the cumbaru value
chain in Baixada Cuiabana:
endogenous strengthening
and development action



A Cátedra Escolhas de Economia e Meio Ambiente é um programa de bolsas que busca colaborar para o ensino e a pesquisa das questões socioambientais contemporâneas e globais a partir da abordagem das ciências econômicas.

Graciele Sbizero Amaral
sbizerogeo@gmail.com

—
Mestranda em Economia - UFMT
Bolsista Cátedra Escolhas
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Graziele Oliveira Aragão Servilha
graziele.aragao@unemat.br

—
Mestranda em Economia - UFMT
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Alexandro Rodrigues Ribeiro
ivalex_6@hotmail.com

—
Dr. em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/ UFPA
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

—
Este artigo foi aceito no 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. As opiniões expressadas e os argumentos utilizados aqui são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a visão do Instituto Escolhas e de seus conselheiros.

Mapeamento da cadeia de valor do cumbaru na Baixada Cuiabana: ação de fortalecimento e desenvolvimento endógeno.

Mapping of the cumbaru value chain in Baixada Cuiabana: endogenous strengthening and development action

Resumo

O mapeamento das cadeias de valor permite compreender o funcionamento e a situação delas em termos de dinâmica da produção, além de identificar as oportunidades, limites ou gargalos. Este estudo tem como objetivo apresentar os resultados da oficina de mapeamento da cadeia de valor do cumbaru/baru (*Dipteryx alata* Vog), ofertada pelo Programa REDD for Early Movers - REM-MT, que mapeou as relações formais e informais do mercado dessa castanha, mostrando processos produtivos, operadores, entidades de apoio e órgãos de regulação. A partir da sistematização do conhecimento dos atores, foi possível identificar os gargalos e as limitações da gestão da cadeia, demonstrando quão incipientes são esses arranjos produtivos. Para compreensão do objetivo proposto, o estudo está estruturado em seções: introdução; abordagem institucional e desenvolvimento endógeno, enquanto ação coletiva; metodologia; resultados e discussões; e conclusão. As considerações finais ressaltam que os dados sobre dinâmica da produção, fluxo de informação e relações de poder, obtidos no mapeamento das etapas da cadeia de valor, permitiram identificar alguns impactos em elos da cadeia, demonstrando pouca participação dos extrativistas no processo de negociação. Os resultados evidenciam a importância do processo de estruturação de cadeias, a partir de uma iniciativa inovadora do Programa REM-MT. Portanto, essa ação tem contribuído de forma pioneira para o fortalecimento e o desenvolvimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade no estado do Mato Grosso, em especial na Baixada Cuiabana.

Abstract

*The mapping of value chains makes it possible to understand their functioning and situation in terms of production dynamics, in addition to identifying opportunities, limits or bottlenecks. This study aims to present the results of the supply chain mapping workshop value of cumbaru/baru (*Dipteryx alata* Vog), offered by the REDD for Early Movers Program - REM-MT, which mapped the formal and informal market relationships for this nut, showing production processes, operators, support entities and regulatory bodies. from the systematization of the actors' knowledge, it was possible to identify the bottlenecks and boundaries chain management, demonstrating how incipient these productive arrangements are. For understanding of the proposed objective, the study is guaranteed in sections: introduction; approach institutional and endogenous development, as collective action; methodology; results and discussions; and concluding. The considerations point out that the data on the dynamics of the dynamics production, information flow and power relations, obtained in the mapping of the stages of value chain, allowing me to identify some impacts on chain links, demonstrating little participation of extractivists in the negotiation process. The results show the importance of the chain structuring process, based on an innovative initiative by the REM-MT program. Therefore, this action has contributed in a pioneering way to the strengthening and development of sociobiodiversity value chains in the state of Mato Grosso, especially in Baixada Cuiabana.*

Palavras-chave

Cadeia de Valor.
Instituições.
Capital Social.
Desenvolvimento Endógeno.

Key words

Value Chain.
Institutions.
Share capital.
Endogenous Development.

1. Introdução

O cumbaru ou baru (*Dipteryx alata* Vog.) é uma árvore nativa do Cerrado, conhecida popularmente na região do Mato Grosso como cumbaru, e que em outras regiões recebe nomes como cumaru, baru e pau-cumaru. A árvore possui um fruto de casca dura que em seu interior contém uma castanha de alto teor nutritivo considerada um superalimento. Nos últimos anos, a castanha do cumbaru tem se destacado na indústria de alimentos e bebidas devido à crescente conscientização dos consumidores a respeito de alimentos saudáveis (EMBRAPA, 2016).

O fruto do cumbaru oferece 95% de aproveitamento, e atualmente tem sido explorado de forma extrativista de baixo impacto ambiental em diversas áreas na região Centro-Oeste (EMBRAPA, 2003). Isso foi constatado, por exemplo, no município mato-grossense de Cáceres, onde se mapeou a ocorrência, distribuição e o uso do cumbaru pelos moradores, a maioria deles utiliza a castanha para uso medicinal e compreende a importância da espécie, que é nativa e tem vários potenciais a serem explorados (PEREIRA et al., 2007). Considerado de grande potencial ecológico, o cumbaru exerce papel importante na ciclagem de nutrientes e conta com os morcegos como principal dispersor; e, ainda, fornece néctar a várias espécies de abelhas sem ferrão e *Apis melifera* no período de floração na estação chuvosa (EMBRAPA, 2003).

A madeira da árvore do cumbaru apresenta elevada densidade (1,1 g/cm³), tendo como característica sua alta durabilidade e resistência a pragas e cupins, sendo por isso muito utilizada na forma de estacas e mourões e na construção civil (LORENZI, 1992). Em razão do crescimento relativamente rápido e da qualidade e da resistência de sua madeira, o cumbaru é muito empregado em reflorestamentos (EMBRAPA, 2019). É também ótima alternativa para plantios com fins de produção de frutos e para recuperação de áreas degradadas. Pesquisas apontam que o óleo extraído das castanhas apresenta múltiplos usos e que sua exploração pode constituir uma estratégia para a subsistência, o que ajuda a evitar o desmatamento e contribui para a sustentabilidade ambiental no Cerrado (EMBRAPA, 2003).

O mercado global da castanha de cumbaru está avaliado em US\$ 5,1 milhões, e estima-se que atinja US\$ 47 milhões até o final de 2032 (FACT.MR, 2022). O principal produtor e exportador de cumbaru é o Brasil, que vende para fora cerca de 25% das suas amêndoas, tendo como principais estados produtores Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (CONAB, 2019). Esse montante exportado permite participação significativa no mercado global, especialmente na América do Norte e na Europa (FACT.MR, 2022).

No entanto, segundo MELO et al. (2017), o mercado do cumbaru ainda é incipiente no estado do Mato Grosso. Uma pesquisa no município de Poconé, por exemplo, encontrou empecilhos para a coleta, o processamento e a distribuição da amêndoa, revelando baixa inserção tecnológica. Os autores constataam que a comercialização do cumbaru no estado ainda tem baixa divulgação, enfrentando resistência ao consumo pela população local, o que indica a necessidade de organizar processos da cadeia produtiva como a normatização do comércio e a capacitação dos extrativistas, bem como a valorização dos produtos, a fim de aproveitar o grande potencial de mercado oferecido pelo cumbaru.

Nesse sentido, o desenvolvimento de atividades econômicas na região é uma oportunidade de criar condições para promover e estruturar o mercado local, diminuindo entraves administrativos, aperfeiçoando a competitividade entre regiões, fortalecendo as empresas e os circuitos comerciais e criando oportunidade de vínculo entre os setores privado e público e grupos da sociedade civil (GIZ, 2009). Quando se considera que o fortalecimento e o desenvolvimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade são fundamentais para a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas (PNPSB, 2009), a cultura do cumbaru revela-se de grande importância, tanto no papel socioeconômico, ao gerar renda para os produtores familiares, quanto no ambiental, ao contribuir para manter a floresta preservada. E o diagnóstico de povos e comunidades tradicionais no estado do Mato Grosso demonstra que a agricultura familiar e o extrativismo são um segmento social importante para o desenvolvimento local sustentável do estado.

Com isso em mente, nos últimos anos o estado do Mato Grosso vem desenvolvendo estratégias para apoiar e fomentar produtos da sociobiodiversidade, a exemplo do programa Redd For Early Movers - REM-MT (Redd - Programa de Redução das Emissões por Desmatamento), executado pelo estado no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) e da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf), que fornecem apoio técnico voltado para áreas de salvaguardas socioambientais, governança participativa e construção do subprograma de Terras Indígenas (SEMA, 2019).

Dentre os subprogramas existentes está o de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais (AFPCTs), que é pautado nos pilares da sustentabilidade e busca promover o fortalecimento e o desenvolvimento das cadeias produtivas (SEMA, 2019).

Um dos produtos dessa cadeia da sociobiodiversidade é justamente o cumbaru, fruto nativo do Cerrado. Formada por atores com identidades culturais e com valores e saberes locais, a cadeia de produtos da sociobiodiversidade tem o papel de desenvolver a colaboração e a cooperação entre todos (PNPSB, 2009).

Como já se disse, esta pesquisa tem como objetivo apresentar os resultados da oficina de mapeamento da cadeia de valor do cumbaru/baru (*Dipteryx alata* Vog.), ofertada pelo Programa REM-MT. Essa ação faz parte do processo de mentoria estratégica para construção das propostas de Planos de Gestão de Cadeia de Valor.

A pesquisa se justifica por identificar oportunidades, desafios e limitações nos elos em cada etapa da cadeia do cumbaru, demonstrando a necessidade do fortalecimento, da organização e da estruturação da cadeia para

que ocorra o desenvolvimento endógeno. Uma pesquisa realizada no estado do Mato Grosso do Sul, no assentamento rural de Andalucia, município de Nioaque, constatou que, apesar de todas as limitações, a expectativa da utilização do cumbaru surgiu como força propulsora e motivadora para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, principalmente porque, na perspectiva do desenvolvimento local, as atividades devem ser geridas pela e para a comunidade (CANDIL, 2004).

O estudo possui um diferencial por demonstrar as ações da política de desenvolvimento local e, também, descrever o atual processo de mapeamento da cadeia de valor do cumbaru por meio da realização da oficina de Mapeamento da Cadeia de Valor dos Produtos da Sociobiodiversidade, ocorrida no município de Cuiabá-MT e promovida pelo Programa REM-MT.

2. Abordagem Teórica

2.1 Aspecto Institucional

Por muito tempo, analisou-se o crescimento econômico com foco no acúmulo de capital, mas na verdade essa análise é muito mais complexa do que se imagina. Em meio a diversas teorias, surge então a da economia institucional, que ressignifica ainda mais os custos de transação. O incentivo para a acumulação de capital físico e humano acontece por meio da construção de uma matriz institucional, capaz de criar regras ou arranjos institucionais, para assim alcançar o crescimento econômico (NORTH, 1991). O que diferencia ainda hoje os países pobres dos países ricos são muito mais as diferenças entre matrizes institucionais do que os problemas de acessibilidade a tecnologia (GALA, 2003). Para entender as diferenças do desenvolvimento econômico entre os países é necessário conhecer a evolução das instituições, uma junção entre a teoria do comportamento humano e a teoria dos custos de transações (NORTH, 1991).

Segundo North (1990), ao longo do tempo sempre houve transações entre pessoas e organizações, mas essas transações são repletas de incertezas cuja consequência são os custos das próprias transações. É nesse momento que surgem as instituições, com o objetivo de reduzir os custos de transação por meio de sistemas de cooperação em rede (ARAUJO, 2014; GALÍPOLO; GALA; FERNANDES, 2005).

Diz a teoria que, quando há assimetria nos contratos, aumentam-se os custos de transação; e que, em

contrapartida, a quebra da assimetria possivelmente impedirá o comportamento oportunista, reduzindo assim os custos de transação. Uma forma de quebrar a assimetria é a ação comunicativa – ou seja, se ambos os atores possuírem conhecimento e cooperarem, um não deverá levar vantagem sobre o outro, o que caracteriza os contratos simétricos. A evolução das instituições se deu no âmbito do comércio local, em transações locais dentro de uma única aldeia ou em uma sociedade extrativista, e sua principal característica foi a existência de uma rede social densa de instituições informais. Outro ponto a considerar foi o surgimento das instituições bem-sucedidas, advindo do desenvolvimento de arranjos institucionais para incitar atividades produtivas (NORTH, 1991).

Segundo Furlanetto (2008), a construção de instituições eficientes, tendo por base a democracia, favorece o desenvolvimento econômico e social em uma determinada região, fortalecendo ações de valorização do território, em um processo que inclui não apenas os governos locais, como articuladores e aglutinadores das políticas de desenvolvimento, mas também a sociedade e as parcerias público privadas.

Diante disso, quais seriam as condições para o desenvolvimento de instituições fortes e representativas que levassem a economia a progredir? A resposta está nos fundamentos do capital social, baseados na evolução conceitual sob a ótica de pensadores de destaque como Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam (2006). Este, por exemplo, afirma que o capital social é

em geral o conjunto de recursos morais da comunidade, considerando-se uma série de características das organizações sociais, como as relações, as regras, a confiança social e as redes sociais de atividades dos cidadãos, principalmente as associações voluntárias. O nível de capital social numa determinada comunidade ou região depende da habilidade dos indivíduos de se associarem em torno de objetivos comuns, compartilhando normas e interesses (WOLFE, 2002).

Nesse sentido, Franco (2001) considera que a confiança é um componente básico do conceito de capital social, ao passo que na lógica de Putnam é importante estimular a cooperação. A confiança social pode ter como alicerce as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica, e as regras são sustentadas por meio de condicionamento e socialização ou por meio de sanções. Essas regras, “que fortalecem a confiança social, vingam porque reduzem os custos de transação e facilitam a cooperação” (PUTNAM, 2006).

Tendo em vista que essas estruturas sociais são entendidas como plataformas para o diálogo, elas não podem ser consideradas uma entidade individual, ou um aglomerado de entidades que possuem dinâmicas e histórias diferentes e uma estrutura social que se compromete a favorecer ações individuais daqueles que a integram. Bourdieu (1985), a partir dos conceitos de capital cultural e econômico, desenvolveu o conceito de capital social, a seu ver definido por conjuntos de conhecimentos e conexões sociais e de relações sociais que possibilitaram um melhor trâmite de canais de acesso aos indivíduos.

Nesse sentido, por meio de suas estruturas e instituições, o território se mostra como essencial para a promoção do desenvolvimento endógeno – ou seja, cada grupo de instituições e de organismos locais motivadores do crescimento econômico, cada arranjo institucional bem estruturado, é próprio de cada território, sendo um resultado de seu próprio contexto. Segundo Barqueiro (2002), o território é um agente de transformação, e não um mero suporte de recursos e atividades econômicas, e ali há interação entre empresas e atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. Entender que o território é um sujeito que se estabelece por meio da ação coletiva e da construção de instituições locais é compreender que as estratégias locais são influenciados pela economia global (MULS, 2008).

Verifica-se, então, que as instituições estão empenhadas no funcionamento das economias locais, entendendo-se que para a construção do desenvolvimento endógeno deve haver interação entre os agentes, com três características importantes: confiança; bases

concretas capazes de possibilitar a montagem de redes de comunicação; e proximidade organizacional (ARAÚJO, 2014; AMARAL FILHO, 2001).

2.2 Desenvolvimento endógeno

A definição de espaço que desponta em meados dos anos 1980 surge devido ao esgotamento da concepção funcionalista do desenvolvimento e à necessidade de uma nova corrente dita de desenvolvimento endógeno. Esse surgimento se explica pela incapacidade da visão funcionalista de explicitar as estruturas produtivas confusas em territórios distintos e de fazer frente à reformulação do sistema econômico. Tais modificações deram suporte ao protagonismo do espaço e às diversas formas de desenvolvimento endógeno local (MAILLAT, 1995).

O desenvolvimento endógeno parte da ideia básica de que um sistema produtivo cresce operando com o potencial de desenvolvimento existente nos territórios – ou seja, em cidades e regiões – por intermédio de investimentos de entidades públicas e privadas, sob controle de comunidades locais, e tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida das pessoas pertencentes a esses territórios (BARQUEIRO, 1998). O destaque para a dimensão territorial se origina não apenas do conjunto espacial dos processos tecnológicos e organizacionais, mas também da conjuntura de qualquer região ou localidade, que possui uma história estabelecida em seu entorno cultural, econômico e institucional (RIBEIRO; SANTOS, 2005).

Nesse contexto, o desenvolvimento local se desencadeia em um processo endógeno que acontece em unidades territoriais onde se desenvolve o dinamismo econômico, o que contribui para a melhoria de vida das pessoas por meio do aproveitamento de suas capacidades e potencialidades específicas. Para que seja considerado um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve criar oportunidades sociais e, ainda, promover competitividade na economia local, gerando renda mas, ao mesmo tempo, garantindo a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1998).

A partir disso, o território desperta para uma rede de interesses da comunidade, o que possibilita caracterizá-lo como um propulsor de desenvolvimento (BARQUEIRO, 1998). Da perspectiva política, as ações devem atender aos recursos que a comunidade tem a seu alcance e também ao potencial econômico dela, seja de localização do território, de recursos naturais ou de qualificação do pessoal (RIBEIRO; SANTOS, 2005). Segundo Fabeiro (2004), a política de desenvolvimento local, ainda que sem uma sistematização concreta, pode ser compreendida como

uma forma flexível de regulamentar e coordenar as ações de cooperação dos agentes públicos e privados, com o objetivo de impulsionar a comunidade local nas tomadas de decisão, sob a ótica das políticas de desenvolvimento.

Contudo, algumas regiões podem apresentar disponibilidade de recursos e, ao mesmo tempo, falta de capacitação. Esta é o resultado da combinação de recursos com a realização de tarefas com um nível elevado de eficiência. Pode-se afirmar, então, que os recursos são as fontes da competência dos territórios, enquanto esta proporciona a vantagem competitiva dos territórios (SANTOS, 1997). Segundo Grant (1991), existem recursos fáceis de avaliar e identificar (aqueles que têm uma expressão física), enquanto outros são mais difíceis de estimar (o caso do capital humano: as capacidades humanas, a capacidade de iniciativa, o conhecimento e a decisão).

O fortalecimento do desenvolvimento endógeno se configura como uma gestão descentralizada, na qual o governo local e as comunidades locais se juntam para estabelecer e executar ações que estimulam o desenvolvimento de cadeias produtivas.

2.3 Desenvolvimento de cadeias de valor inclusivas como ação coletiva

Michael Porter (1980) define o conceito de “cadeia de valor” como sendo uma reunião de atividades executadas para projetar, produzir, comercializar, entregar e sustentar seu produto (PORTER, 1985). Já a Agência Alemã para Cooperação Técnica GTZ (2007) considera a cadeia de valor “um sistema econômico que se organiza em torno de um produto” interligando diferentes etapas, a exemplo de produção, transformação e marketing. Tem como fim distribuir um produto ou serviço ao consumidor, cuidando das diferentes etapas e fases de produção, distribuição e descarte após o uso, a fim de garantir a qualidade e a quantidade ideal do produto final, e levando em consideração a sustentabilidade econômica, ambiental e social (KRUCKEN, 2009).

As cadeias de valor podem ser consideradas inclusivas, pois fazem parte de uma estratégia política de desenvolvimento local que tem como foco principal promover as condições necessárias para que as pessoas se fixem nos territórios, em bases sustentáveis, promovendo o desenvolvimento e ao mesmo tempo protegendo a integridade dos interesses das comunidades locais. Nesse contexto, a cadeia de valor pode ser considerada uma ferramenta estratégica para a verificação de oportunidades de inovação em diferentes etapas, permitindo identificar os atores envolvidos e seus conhecimentos nos processos de produção e serviços (KRUCKEN, 2009).

A partir de uma análise das etapas percorridas na transformação da matéria-prima em produto é possível verificar quais são os desafios e oportunidades na cadeia. É preciso sempre ter em vista a possibilidade de propor soluções que gerem competitividade no sistema, com o intuito de estabelecer relações que tragam benefícios aos atores da cadeia de valor. Nesse sentido, esta é considerada um tipo de rede com um olhar voltado para os indivíduos e para as empresas, tendo como principais atores de suporte ao desenvolvimento as associações, as organizações governamentais e não governamentais e os institutos de pesquisa (KRUCKEN, 2009).

Considerando que a cadeia de valor é formada por diversos atores (produtores, micro, médias e grandes empresas), articulados em diferentes níveis, Krucken (2009) afirma que os atores desenvolvem funções que geram valor de uma oferta (bens físicos, serviços e informações) e, diante desses processos, acabam por estabelecer uma rede. Assim, ao analisar a cadeia de valor é possível compreender o conjunto de atividades e o potencial de agregação de valor em cada etapa do processo.

Segundo Krucken (2009), a análise da cadeia de valor possibilita a identificação e a visualização de estratégias: por exemplo, gerar maior valoração final da oferta no mercado local; criar produtos e serviços inovadores a partir da integração das competências dos atores e dos recursos do território; promover sinergia entre atores, fortalecendo as relações e fomentando a competitividade de toda a cadeia; incluir novas pessoas; enfrentar a carência relacionada à gestão da produção, ao design e à comercialização; superar barreiras de mercado; interagir com instituições de pesquisa e organizações; abrir oportunidades de inovação em nível sistêmico, em conjunto com o sistema de produção e consumo; promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica ao longo de toda a cadeia de valor.

No entanto, é necessário que os governos invistam em programas de desenvolvimento local em territórios e empresas, facilitando o acesso a fontes de financiamento, para que as organizações empresariais rurais tenham condições de fomentar o desenvolvimento das cadeias de valor, abrindo a possibilidade de reduzir custos, compartilhar riscos, aumentar os benefícios e capacitar as relações comerciais duradouras, gerando maior acesso a novas tecnologias de produção, informação e comunicação. Considerados todos esses pontos, os atores locais estarão orientados no processo de produção, qualidade e preservação do meio ambiente, e garantirão a quantidade de produtos extrativos para que não ocorra falta de insumos (BIJMAN; WIJERS, 2019).

Os produtos da sociobiodiversidade são um meio econômico voltado para os povos, comunidades

tradicionais e agricultores familiares, e assim garantem a valorização de práticas e saberes locais, gerando renda e contribuindo para a melhoria de vida em seus territórios. Inseridos nesse contexto, os recursos da biodiversidade configuram-se como bens e serviços direcionados ao mercado por meio da cadeia de valor, à qual se agregam valores monetários e não monetários ao longo das etapas de produção. Além disso, esses bens e serviços, os produtos da sociobiodiversidade, podem ser comercializados na região local ou até mesmo no mercado nacional e internacional. O fortalecimento

das cadeias de valor da sociobiodiversidade é, portanto, uma grande oportunidade de desenvolvimento local, pois elas estão baseadas em ações voltadas para a produção sustentável e a geração de renda, aliadas ao empoderamento das populações locais (SOUZA et al., 2021).

As cadeias de valor são utilizadas para promover o uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo com o desenvolvimento local e integrando as dinâmicas de mercados locais com base na conservação dos recursos naturais.

3. Metodologia

A pesquisa é de natureza básica, caracterizando-se como descritiva e com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se como método o de observação. Foi empregada pesquisa descritiva para que se pudesse descrever todo o processo de mapeamento da cadeia de valor do cumbaru. Segundo Gil (2022), a pesquisa descritiva permite relatar características de uma certa população buscando descrever e interpretar os dados descobertos no decorrer da pesquisa a fim de determinar a natureza dessas relações. E a pesquisa é qualitativa por estudar fenômenos e processos em profundidade, determinando diversas variáveis na esfera social (APPOLINÁRIO, 2015).

Como instrumento de coleta de dados, fez-se uma pesquisa bibliográfica, com leitura e estudo de artigos e documentos utilizando texto da legislação, a fim de obter maior conhecimento técnico sobre o assunto. A técnica de observação deu-se a partir da participação na Oficina de Mapeamento da Cadeia de Valor dos Produtos da Sociobiodiversidade que ocorreu no município de Cuiabá-MT em agosto de 2022.

Segundo Gil (2008), a técnica de observação é um ponto fundamental da pesquisa, pois leva em conta o uso dos sentidos e dá ao observador a capacidade de atingir os conhecimentos necessários sobre o cotidiano, podendo ser utilizada como metodologia científica. A observação simples é aquela na qual o pesquisador

se mantém neutro em relação à comunidade, grupo ou situação que busca estudar, observando de forma espontânea a situação – ou seja, o pesquisador tem papel muito mais de espectador que de ator. E embora a observação simples se caracterize como espontânea, informal, não planejada, ela deve ser considerada como de cunho científico, por ir além de simples constatações.

A Oficina de Mapeamento da Cadeia de Valor dos Produtos da Sociobiodiversidade, onde se deu a coleta de informações para a produção deste artigo, contou com a participação das 53 organizações selecionadas a partir da chamada de manifestação de interesse para elaboração e implementação do Plano de Gestão de Cadeia de Valor (PGCdV) promovido pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e pelo Programa REM-MT no âmbito do Subprograma de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais (AFPCT).

Optou-se pelo estudo como um meio de compreender a importância da ação do Programa REM-MT, que vem atuando em ações de apoio aos empreendimentos e organizações locais, com soluções inovadoras para o processo de desenvolvimento e estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade do estado do Mato Grosso. Os dados foram tabulados com uso do software Microsoft Office Excel e analisados e apresentados na forma de quadros, tabelas e figuras.

4. Resultados e Discussões

4.1 Políticas públicas para desenvolvimento de produtos da sociobiodiversidade

A Baixada Cuiabana, que compreende municípios no entorno da capital mato-grossense, Cuiabá, é uma região de ocorrência natural do cumbaru, e abriga comunidades extrativistas que atuam na organização e comercialização do produto. Algumas das organizações sociais ativas nesse segmento participaram da oficina de Mapeamento da Cadeia de Valor dos Produtos da Sociobiodiversidade.

O estado do Mato Grosso está localizado na região Centro-Oeste, com uma população estimada em 3.567.234 pessoas (IBGE, 2021). Inserido na região da Amazônia Legal, tem 480.215 km² (53,6%) do seu território no bioma Amazônico, 354.823 km² (39,6%) no bioma Cerrado e 60.885 km² (6,8%) no bioma Pantanal (IBGE, 2021).

Sendo o segundo bioma mais extenso no estado, o Cerrado fornece os recursos para a produção da castanha do cumbaru, um fruto nativo dali. Esse bioma exerce papel fundamental na subsistência das populações, que aliam a produção de bens agrícolas à conservação das florestas por meio do agroextrativismo (SNIF, 2020). Com sua alta diversidade biológica, possui um aspecto ecológico único, o que inclui a presença de uma série de espécies com importante potencial de utilização não madeireira (ALMEIDA et al., 1998).

O Cerrado é considerado um hotspot por possuir áreas com grande potencial de biodiversidade (ICMBio, 2023), mas ao mesmo tempo enfrenta um processo de devastação ambiental, promovido por um intenso projeto

de industrialização e desenvolvimento econômico, que desde o período da ditadura militar tinha como objetivo promover a integração econômica e impulsionar a povoação de vastas áreas no Centro-Oeste e no Norte do Brasil. Esse processo acabou estabelecendo um modelo produtivo que por anos causou grandes impactos ambientais, a exemplo daquele provocado pelo desmatamento para o plantio de commodities, associado ao uso de insumos químicos – uma combinação que acarretou a supressão de áreas nativas, a perda de variabilidade genética e a contaminação dos solos e da água. Esse modelo acabou levando pequenos agricultores e comunidades tradicionais a abandonar o campo e rumar para os centros urbanos (AFONSO; ANGELO, 2009; SAWYER, 2009).

As populações que ainda vivem no Cerrado possuem organização familiar baseada em pequenas produções, tendo o extrativismo como forma de complementar a atividade agrícola (SAWYER, 2009; DINIZ; NOGUEIRA, 2014). O diagnóstico de povos e comunidades tradicionais do Mato Grosso demonstra que agricultura familiar e o extrativismo constituem um segmento social importante para o desenvolvimento rural sustentável do estado e, ao mesmo tempo, revela as dificuldades para mensurar o desempenho e o impacto dessa agricultura na socioeconomia local devido à carência de dados desse setor consolidados nos municípios (SAWYER, 2009; DINIZ, 2014; NOGUEIRA, 2014).

Diante desse quadro, ao longo dos anos o estado do Mato Grosso vem desenvolvendo estratégias para apoiar e fomentar produtos da sociobiodiversidade, conforme descrito no Quadro 1.

QUADRO 1**AÇÕES DO ESTADO DE MATO GROSSO NO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE**

Ano	Órgão	Objetivos
2009	Câmara Técnica de Produtos Extrativistas e da Sociobiodiversidade. Decreto nº 20 (Setembro de 2009)	Desenvolver ações voltadas para a promoção da exploração ordenada dos produtos da sociobiodiversidade não madeireira: castanha-do-brasil, pequi, castanha do cumbaru, babaçu, óleo de copaíba, entre outros.
2015	Secretaria de Estado de Agricultura Familiar do Estado de Mato Grosso (Seaf-MT)	Desenvolver estratégias e promover o desenvolvimento rural sustentável do estado com foco nos segmentos da Agricultura Familiar e dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).
2017	Decreto nº 468, Programa de Redução das Emissões por Desmatamento (Redd) REM-MT, para pioneiros Redd <i>Early Movers</i> - (REM)	Ação da Cooperação Bilateral entre Brasil-Alemanha. Lançado em dezembro de 2017, na Conferência do Clima (COP-23), na Alemanha, por meio de vários debates que ocorreram no Fórum de Mudanças Climáticas, posteriormente validados pelo conselho gestor do sistema estadual de Redd+. Assim, nasce o comitê estratégico de gestão do programa REM-MT (Cegrem), com auxílio Da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e da ouvidoria setorial da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema).
2017	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), através da Lei nº 10.643	Auxiliar, avaliar e pensar políticas públicas voltadas à agricultura familiar, com representantes da sociedade civil e a Federação Estadual Quilombola.
2017	Plano Estadual de Agricultura Familiar (Peaf-MT), Lei nº 11.326, de 2006	Orientar o estado do Mato Grosso a pensar em estratégias para a agricultura familiar até o ano de 2030, com reavaliações do plano a cada quatro anos.
2022	Câmara Setorial da Sociobiodiversidade (CSSB) Resolução nº 03 (10 maio de 2022)	Ampliar a participação dos pequenos agricultores, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e seus empreendimentos nos arranjos produtivos e econômicos que envolvam o conceito da bioeconomia.

Fonte: (Ipam, 2020); (Peaf, 2017); (Sema/MT, 2019)

A Secretaria de Estado de Agricultura Familiar do Estado de Mato Grosso (Seaf-MT), principal instituição representante do estado nas questões referentes à Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais, tem o intuito de fortalecer o reconhecimento institucional desse segmento, responsabilizando-se por pensar na elaboração de políticas públicas. Graças a esse empenho, percebe-se um grande salto no estado do Mato Grosso no que tange à participação no desenvolvimento local, explicitada no apoio à agricultura familiar e no compro-

misso com o estabelecimento de um canal de diálogo institucional (até então inexistente) e com o fortalecimento da agricultura familiar mato-grossense enquanto estratégia para o desenvolvimento rural sustentável no estado (IPAM, 2020).

Já o Peaf-MT (2017) tem como prioridade a criação de um regime tributário voltado para atender os produtos da agricultura familiar, com vistas ao fortalecimento do segmento. O Peaf-MT é composto por cinco eixos estratégicos, com os seguintes temas: produção sustentável;

agregação de valor e comercialização; regularização ambiental e fundiária; assistência técnica e extensão rural (ATER); e governança e controle social.

O Plano Estadual, um importante instrumento de reconhecimento dos atores sociais presentes no estado do Mato Grosso, tem como objetivo promover políticas públicas estaduais voltadas a populações com diferentes modos de vida e produção, que em sua maioria não se enquadram em determinadas unidades familiares, não identificando-se como agricultores familiares, a exemplo das populações indígenas (PEAF, 2017). O Peaf prevê a criação do Sistema Estadual Integrado da Agricultura Familiar (Seiaf), um mecanismo que permite a gestão descentralizada e integrada da agricultura familiar entre a Seaf e os municípios, promovendo o fortalecimento institucional da Seaf. O desenvolvimento desse sistema é uma ação que receberá apoio do REM Programa de Redução das Emissões por Desmatamento (Redd). Os municípios que aderirem devem atender a uma série de critérios estabelecidos, inclusive fornecendo informações à Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Empaer), uma parceira da Seaf-MT na implantação do sistema (IPAM, 2020).

Nesse contexto de fortalecimento da agricultura familiar de povos e comunidades tradicionais, surge o programa REM-MT (Programa de Redução das Emissões por Desmatamento, Redd), executado pelo estado do Mato Grosso por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), tendo como responsabilidade a gestão em diferentes níveis, sob acompanhamento da agência de cooperação do governo alemão Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), que fornece apoio técnico voltado para as áreas de salvaguardas socioambientais, governança participativa e construção do subprograma de territórios indígenas. Já o gerenciamento financeiro do programa REM-MT fica a cargo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). Para que o estado participe do programa, contudo, é importante garantir os compromissos ligados à diminuição das taxas de desmatamento e das emissões de CO² (SEMA, 2019).

O programa foi dividido em quatro subprogramas, definidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema): Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes (Fippe); Subprograma Territórios Indígenas (TI); Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais (AFPCTs) e Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis (Pims). E assume como prioridade a proteção das florestas amazônicas, tendo como objetivo incentivar a implementação de ações pioneiras que incentivem a diminuição de emissões de CO² originadas pelo desmatamento. Vale

ressaltar que o programa não tem como finalidade ser um comprador de crédito, mas sim promover assistência ao desenvolvimento (SEMA, 2019).

A iniciativa busca premiar projetos e instituições que realizem ações em prol da redução de emissões de gases de efeito estufa, mas, para que aconteça a premiação, é necessário apresentar anualmente uma taxa abaixo da linha de 1,778 km² na redução do desmatamento. Essa ação visa a incentivar a conservação da floresta amazônica, tendo como objetivo trazer o benefício para aqueles que contribuem com a conservação da floresta, a exemplo de pequenos agricultores, comunidades tradicionais, povos indígenas e outros atores que participem da estratégia de adoção da agricultura de baixo carbono (SEMA, 2019).

Em síntese, o Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais (AFPCTs) busca atender a metas e ações no âmbito da estratégia de Produzir, Conservar e Incluir (PCI), do Programa Mato-Grossense de Municípios Sustentáveis (PMS) e do Plano Estadual da Agricultura Familiar (Peaf). Além disso, apoiará o Sistema Estadual Integrado da Agricultura Familiar (Seiaf), que abrange o Sistema Integrado de ATER (provisoriamente Sisater) e o Sistema Integrado de Geração e Gestão de Informações da Agricultura Familiar (provisoriamente Sigaf) (SEMA, 2019).

O Subprograma AFPCTs, voltado para atender povos e comunidades tradicionais e indígenas, pauta-se nos pilares da sustentabilidade. Além de buscar o fortalecimento e o desenvolvimento das cadeias produtivas, tem como objetivo incentivar a manutenção da floresta em pé e a restauração florestal produtiva, dois pontos de grande impacto na cadeia de baixo carbono. Espera-se que, com a sua ação, haja uma redução no desmatamento e aumentem os estoques florestais, o que irá diminuir a pressão sobre os remanescentes florestais e elevar as rendas do público beneficiário do projeto (SEMA, 2019).

4.2 Mapeamento da cadeia de valor do cumbaru.

Para entender a cadeia de valor do cumbaru, é preciso compreender que existem outros produtos da sociobiodiversidade – como castanha-do-brasil, pequi, babaçu, óleo de copaíba – cujos processos de produção envolvem atores com identidades culturais e valores e saberes locais, e que a cadeia de produtos da sociobiodiversidade tem o papel de desenvolver a colaboração e a cooperação entre os atores (PNPSB, 2009).

O mapeamento das cadeias de valor permite compreender o funcionamento e a situação delas em termos de dinâmica da produção, além de identificar as

oportunidades, limites ou gargalos. Permite, ainda, implementar inovações que melhoram os processos produtivos, possibilitando a agregação de valor e incentivando o acesso a mercados e o fortalecimento social, bem como a conservação da biodiversidade (PNPSB, 2009). O mapeamento da cadeia de valor, é uma ferramenta usada no contexto dos produtos da sociobiodiversidade, que agrega valores não monetário a determinado produto ao longo de suas etapas de produção. Gerar valor para os produtos da floresta é, conseqüentemente, valorizar um modo de vida e conhecimentos tradicionais associados à natureza local (SIMONI, 2010).

O desenvolvimento de atividades econômicas na região é uma oportunidade de criar condições para promover e estruturar o mercado local, diminuindo entraves administrativos, aperfeiçoando a competitividade entre regiões, fortalecendo as empresas e os circuitos comerciais e criando oportunidade de vínculo entre os setores privado e público e grupos da sociedade civil (GIZ, 2009). Nesse sentido, o fortalecimento e o desenvolvimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade são de fundamental importância para a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas (PNPSB, 2009). O programa REM-MT, em parceria com o Funbio e o GIZ, promoveu em 2022 ações no sentido da elaboração e implementação de planos de gestão de cadeias de valor (PGCdV). Essa estratégia foi executada pelo Subprograma de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais (AFPCTs) do REM-MT.

Uma das ações foi a oficina de Mapeamento da Cadeia de Valor dos Produtos da Sociobiodiversidade, ocorrida no município de Cuiabá-MT, que teve como foco o mapeamento, a análise e a construção de estratégias para melhorias da cadeia de valor dos seguintes produtos, definidos como prioritários: castanha-do-brasil, babaçu, açaí, pequi, cumbaru, sementes florestais e borracha natural. O evento buscou definir estratégias a partir de uma visão de futuro e, assim, identificar as potencialidades e os gargalos na cadeia de valor das respectivas organizações. Na oficina foi utilizada a metodologia participativa Value Links, desenvolvida pela Agência Alemã de Cooperação Técnica Internacional (GIZ), que permite aos participantes a efetiva atuação no processo de construção das informações, promovendo a valorização dos conhecimentos e o envolvimento nas discussões.

No Quadro 2 são demonstrados os princípios básicos da metodologia Value Links (GIZ, 2009). Ela é aplicada a partir de ferramentas participativas nas quais se utilizam cartões com diferentes cores para distinguir as etapas da cadeia – por exemplo, a identificação dos elos da cadeia, as etapas do processo de produção e os atores envolvidos. Ao final do processo, é possível mapear a cadeia de valor conhecendo a sequência de funções desde a produção até o consumo, e passando pelos operadores da cadeia, as relações comerciais, as organizações de apoio e o setor público responsável.

QUADRO 2

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA METODOLOGIA *VALUE LINKS*

Princípios	Descrição
Orientação para o mercado	Identificação da demanda de mercado, a fim de ofertar produtos com potencial de participação.
Identificação das oportunidades para os grupos excluídos	Identificação dos produtos com potencial crescimento, que oferecem oportunidades para grupos excluídos.
Liderança da iniciativa privada	Responsabilização dos atores no processo de desenvolvimento e liderança para melhoria da cadeia de valor.
Perspectiva sistêmica da cadeia	Produção, transformação e comercialização de um produto com um interesse comum, com o objetivo de melhorar a competitividade da cadeia, aumentar os benefícios e desenvolvimento do mercado final.
Inclusão social	Participação dos grupos excluídos na tomada de decisão, planejam o seu envolvimento na cadeia, considerando a análise dos recursos e suas capacidade e de suas estratégica de vida.
Orientação para ação	Melhoria e desenvolvimento da cadeia.

Fonte: Adaptado de Guia Metodológico de Implementação das Oficinas de Promoção de Cadeias de Valor (Ipam, 2020).

Com o objetivo de potencializar a produção, a geração de renda e o fortalecimento por meio de comércio justo, com garantia da floresta em pé, a oficina de Mapeamento da Cadeia de Valor dos Produtos da Sociobiodiversidade está voltada para as organizações locais situadas nos três biomas do Mato Grosso (Amazônia, Cerrado e Pantanal). Foram incluídas, ainda, outras pautas importantes, como a questão de gênero e a participação dos jovens nas cadeias de valor. A lupa de gênero teve o intuito de reconhecer o papel das mulheres ao longo da cadeia dos produtos da sociobiodiversidade – normalmente, elas estão envolvidas nas várias etapas e nos processos de pré-produção, manejo, produção, coleta, extração, comercialização in natura, beneficiamento, transformação e comercialização. O encontro foi

organizado pelo Programa REM-MT e contou com a equipe da empresa DEVALOR (Soluções aos Ecossistemas de Negócios) como facilitadora da atividade.

Em síntese, o mapeamento aconteceu a partir de uma análise feita por meio da sistematização das etapas do processo produtivo, com a participação das organizações sociais que trabalham diretamente com a cadeia do cumbaru. A descrição de cada etapa da cadeia possibilitou identificar os elos que a constituem, tornando possível a análise. Toda a construção se originou da explanação do conceito de mapeamento da cadeia de valor (CdV), e em seguida as organizações comunitárias presentes na oficina receberam orientações para a elaboração do mapeamento, conforme demonstrado no Quadro 3.

QUADRO 3

ETAPAS DA CADEIA PRODUTIVA

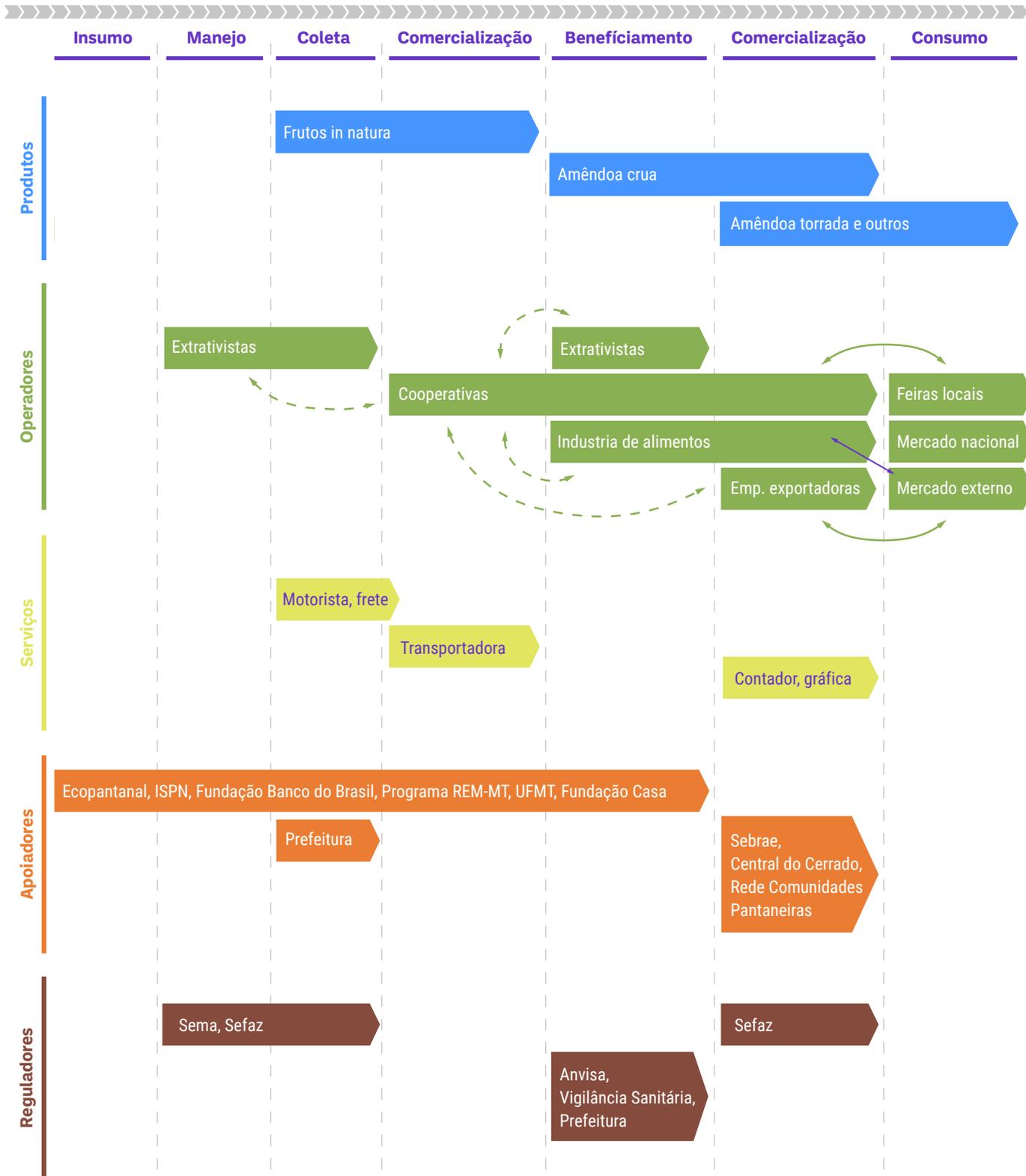
Etapa	Descrição da Etapa
Produção	EPIs, sacaria, equipamento de manejo, carrinho de mão, quebradeira, torradeira, balança de pesagem
Manejo	Aceiros, produção de mudas, plantio, coleta de fruto, armazenamento e transporte
Coleta	Catar, sacudir, separar, ensacar, transportar, identificar e armazenar.
Comercialização I	Fruto <i>in natura</i>
Beneficiamento	Seleção de fruto, máquina de cortar, quebrar, seleção de amêndoas, torrar, embalar, regularidade, pesagem, rotulagem
Comercialização II	Marketing, formalização, nota fiscal, rótulos, transporte, precificação, custo da produção, computadores, amêndoas de cumbaru crua
Consumo	Amêndoas de cumbaru torrado e outros produtos

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Ao longo do processo produtivo, a cadeia do cumbaru é dividida em sete etapas: insumos, manejo, coleta, comercialização *in natura*, beneficiamento, comercialização e consumo (Quadro 3). O mapeamento mostra como os atores estão situados em cada uma delas. Cada elo da cadeia recebe cartão de cor diferente para verificar que etapas o cumbaru percorre no processo de produção. Os

elos e as cores são os seguintes: operadores da cadeia (amarela); prestadores de serviços (azul); serviços de apoio (verde); organismos reguladores (rosa). As setas pontilhadas servem para simbolizar as relações fracas ou as relações que não apresentam vínculos de contrato, enquanto as setas em linhas indicam as relações fortes e com vínculos contratuais (Figura 1).

FIGURA 1
 MAPEAMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO CUMBARU



Fonte: Dados da Pesquisa, (2023).

Foram definidas, ainda, duas perguntas norteadoras da oficina: Quais as oportunidades dessa cadeia? Quais as limitações dessa cadeia? E, a partir de uma análise do

mapeamento, foi possível identificar as oportunidades e limites e definir uma visão de futuro para a cadeia produtiva do cumbaru, conforme o Quadro 4.

QUADRO 4

OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA CADEIA DO CUMBARU

Oportunidade da Cadeia do Cumbaru

Acessar o edital REM-MT (Comercialização)

Demanda da comercialização local para venda do cumbaru (Comercialização)

Parcerias com universidades Unemat, UFMT e IFMT (Beneficiamento e Manejo)

Número de famílias interessadas em coletar cumbaru (Manejo)

Aplicativo de vendas on-line Projeto Campo a Mesa, da UFMT (Comercialização)

Venda direta em feiras permanentes municipais e bairros (Comercialização)

Acessar veículos para transporte através de projetos via Seaf (Manejo)

Grande estoque natural de cumbaru (Coleta)

Extrativista e potencial (Manejo e Coleta)

Diversificação e inovação (Beneficiamento)

Diferenciais nas qualidades do cumbaru (Comercialização)

Diversificação de produtos de mercado (Manejo, Coleta e Beneficiamento)

Grande demanda pelo produto (Comercialização e Consumo)

Desafios da Cadeia do Cumbaru

Desconhecimento do potencial de uso e aproveitamento do cumbaru (Comercialização e Consumo)

Estruturas e condições de armazenamento (Coleta)

Baixa capacidade de processos e da tecnologia atual (Beneficiamento)

Armazenamento (Beneficiamento)

Falta de divulgação dos produtos do extrativismo (Comercialização)

Falta de conhecimento do mercado consumidor (Consumo e Comercialização)

Falta de divulgação dos produtos nas mídias sociais (Comercialização)

Insegurança jurídica na comercialização pela associação (Comercialização)

Dificuldade na emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar-CAF (Manejo e Comercialização)

Acesso à Políticas Públicas PGPMBio (Comercialização)

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Ao identificar os desafios e as oportunidades, definiu-se uma visão de futuro da cadeia para ajudar os grupos a responderem a duas questões: Qual a visão

de futuro para melhoria da cadeia de valor? Aonde querem chegar daqui a cinco anos? Isso está demonstrado no Quadro 5.

QUADRO 5

VISÃO DE FUTURO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAL

Visão de Futuro

Envolver mais extrativista e comunidades na cadeia de valor

Estruturar a cadeia do cumbaru

Gerar renda para as famílias

Diversificação e inovação (Produtos com agregação de valor)

Maior visibilidade do cumbaru (Marketing)

Garantir sustentabilidade da cadeia e valorização da participação feminina

Restabelecer o ânimo, confiança e a participação das pessoas jovens

Fortalecer o cooperativismo solidário, a autogestão e o capital social inclusivo

Ampliar e garantir participação efetiva no mercado.

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Partindo da visão de futuro, propôs-se aos participantes que definissem uma estratégia de melhoria para a cadeia de valor do cumbaru. As organizações sociais deveriam começar pelo objetivo comum dos vários atores

da cadeia, a fim de pensar na execução de projetos complementares que obtivessem resultados em curto e médio prazos (cinco anos). Isso está evidenciado no Quadro 6.

QUADRO 6

PLANO DE MELHORIA

	1	2	3
Limites	Falta de conhecimento do mercado	Falta de regulamentação da lei estadual extrativista	Insegurança jurídica na comercialização pela associação
Causas	Falta de recurso para realizar o estudo demercado	Falta de articulação junto ao Poder Legislativo	Falta de uma rede de apoio para articulações
Objetivos	Acessar o mercado local e estadual e regional	Acesso livre e seguro para a coleta do cumbaru	Consolidar a rede para fortalecer o extrativista
Resultados	Ampliar as vendas em 7,2 toneladas ao ano	Lei regulamentada pública	Organizações extrativistas reconhecidas
Ações	Contratar estudo de mercado	Mobilizar o movimento do extrativistas e parceiros	Reunir as organizações e empreendimentos e criar um cronograma de trabalho
Responsáveis	O representante legal de cada empreendimento	Comissão dos representantes das organizações da rede	Diretores, Coopercentral, Arca, Jovem no Campo, CTA
Prazo/meses	6	4	3

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

*CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

QUADRO 6**PLANO DE MELHORIA**

	4	5	6
Limites	Falta de divulgação do produto dos extrativistas no mercado na sociedade, falta de divulgação nas mídias sociais	Baixa capacidade de compra de matéria-prima	Baixa capacidade de processamento e armazenamento
Causas	Falta de estratégia de comunicação e marketing	Falta de capital de giro	Falta de equipamento com capacidade e tecnologia adequada; infraestrutura insuficiente e/ou inadequada; pouco conhecimento e informação sobre tecnologia e qualidade
Objetivos	Dar mais visibilidade para os extrativistas e empresas	Garantir capacidade de compra e negociação de matéria-prima	Investimento em infraestrutura, equipamento e maquinário, treinamento e capacitação
Resultados	Acessar novos mercados, aumentar o volume de venda	Estoque de matéria prima suficiente, ambiente de instabilidade e credibilidade para negociações financeiras	Maior capacidade de beneficiamento, maior capacidade de formação de estoque nas safras, melhoria da qualidade de matéria-prima e produtos
Ações	Procurar Apoio da UFMT, contratar equipe especializada	Capacitação inicial de recurso financeiro, assessoria e capacitações em gestão de fundos. Criação de um fundo de gestão	Dimensionamento e prospecção de infraestrutura e equipamento. Aquisição de equipamento e execução de infraestrutura. Realizar treinamento e capacitação
Responsáveis	Diretores, Coopercentral, Arca, Jovem no Campo, CTA	Diretores das organizações, Cooper-nossasenhora, UNICAFes, Coorimbata	Diretores das organizações, Cooper-nossasenhora, UNICAFes, Coorimbata
Prazo/meses	2	3	3

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Após a ação de construção da cadeia de valor dos produtos da sociobiodiversidade, as organizações foram convidadas a participar da chamada de projetos referente ao edital Chamada de Projetos 12.2022 – Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade do Estado de Mato Grosso – Planos de Gestão de Cadeia de Valor, lançado no mês de outubro de 2022. Essa chamada teve caráter diferenciado, por apresentar um formato mais inclusivo, dando oportunidade para a participação de grupos menores e menos experientes, que puderam criar arranjos

e organizações conjuntas para conseguir participar

Na sequência, as organizações passaram por um processo de mentoria para construção do plano de gestão da cadeia de valor, e então se submeteram ao edital Chamada de Projetos. Por fim, os planos de gestão foram analisados, sendo selecionados 22 planos, um dos quais formado por três organizações da região da Baixada Cuiabana (grupo aglutinado). Após assinar o contrato referente ao edital, esses grupos terão o prazo de um ano para execução (REM-MT, 2022).

5. Conclusão

É possível compreender a dinâmica da produção da cadeia de valor do cumbaru a partir de estudos como os de Candil (2004), Pereira, Medeiros e Carvalho (2007) e Melo, Melo e Silva (2015), bem como deste estudo, que igualmente possibilita a identificação do fluxo de informação e das relações de poder, dados obtidos no mapeamento da cadeia de valor que permitiram detectar alguns impactos sobre os elos da cadeia, demonstrando pouca participação dos extrativistas no processo de negociação.

Observa-se ainda a participação das mulheres e dos jovens, a identificação de oportunidades e limites, e uma visão de futuro, a partir de estratégias de melhoria para a cadeia de valor. As informações apresentadas sobre o mapeamento da cadeia de valor do cumbaru evidenciam o processo de estruturação implementado a partir de uma iniciativa inovadora do Programa REM-MT. Ao

promover uma chamada de manifestação de interesse para o ecossistema de organizações sociais da região, ofertando estratégias de capacitação e financiamento de projetos estruturados e condizentes com a realidade das organizações envolvidas, o Programa permitiu que esses atores fossem protagonistas do desenvolvimento local por meio da construção e da apresentação de planos de gestão dessa cadeia de valor.

Essa ação estruturante tem contribuído de forma pioneira para o fortalecimento e o desenvolvimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade no estado do Mato Grosso, em especial na Baixada Cuiabana.

Sugere-se como estudo futuro um diagnóstico do processo produtivo descrito na oficina a partir do envolvimento dos atores dos elos iniciais da cadeia (produtores), para identificar o nível de gestão organizacional em que esses atores se encontram.

6. Referências

- AFONSO, S. R.; ANGELO, H. Mercado dos Produtos Florestais não Madeireiros do Cerrado Brasileiro. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 19, n. 3, p. 315-326, jul.-set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cflo/a/r7cmzZZsznWmcN7KMPBv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- ALMEIDA, S. P de; PROENÇA, C. E. B.; SANO, S. M.; RIBEIRO, J. F. **Cerrado espécies vegetais úteis**. Planaltina, DF: EMBRAPA-CPAC, 464, 1998. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/busca?b=ad&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22ALMEIDA,%20S.%20P.%20de.%22>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional no local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, n. 23, p. 261-286, junho 2001. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia Científica. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015.
- ARAÚJO, Rodrigo da Cruz de. Análise sobre a monocultura de soja e o desenvolvimento sustentável na Amazônia com base na teoria do desenvolvimento endógeno. **Revista Economia e Desenvolvimento**, vol. 26, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/13882/pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- BARQUEIRO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia Estatística, 2001. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2002.
- BIJMAN, Jos; WIJERS, Gea. Exploring the inclusiveness of producer cooperatives. *Current opinion in environmental sustainability*, v. 41. 2019. p. 74-79, 2019.
- BOURDIEU, P. 1985. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood Disponível em: <https://www.socialcapitalgateway.org/sites/socialcapitalgateway.org/files/data/paper/2016/10/18/rbasicsbourdieu1986-theformsofcapital.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- CANDIL, Rosemarly Fernandes Mendes. **A capacitação construtiva local e o estímulo ao uso do cumbaru (*dipterix alata vog.*) no incremento de renda em assentamento rural: o caso do assentamento Andalucia, Nioaque/MS**. Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande - MS. 2004. Disponível em: <https://ecoa.org.br/wp-content/uploads/2015/11/7887-a-capacitacao-construtiva-local-e-o-estimulo-ao-uso-do-cumbaru-dipterix-alata-vog-no-incremento-de-renda-em-assentamento-rural-o-caso-do-assentamento-andalucia-nioaque-ms.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- COASE, R.H. **The firm, the market, and the law**. The University of Chicago Press, 1988.
- CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento, B. **Sociobiodiversidade PGPM-Bio**, v. 3, n. 3, p. 1-47, jul. /ago. /set. 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/sociobiodiversidade/Cartilha-Pgpm-Bio-2022.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ). **Guia Metodológico de Implementação das Oficinas de Promoção de Cadeias de Valor**. Brasília, 2009. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Guia-Metodologico-de-implementa%C3%A7%C3%A3o-de-oficinas-de-promo%C3%A7%C3%A3o-de-cadeias-de-valor_ValueLink.pdf. Acesso em: 21 fev. 2023.
- DINIZ, J., NOGUEIRA, M. O agroextrativismo do Cerrado em perspectiva: Aldicir Scariot, João D'Angelis, Luís Carrazza e Sandra Afonso. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 5, n. 3, p. 137-158, set/dez 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15657/13980>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária. **EMBRAPA Florestas. Espécies arbóreas Brasileira, Barú**. 2003.
- EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Produção, caracterização física, química e funcional de frutos e sementes de baru (*Dipteryx alata Vog.*, Fabaceae) oriundos da Embrapa Cerrados e Arinos**, MG: safra 2019. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/227039/1/Producao-caracterizacao-fisica-quimica-e-funcional-de-frutos-e-semente-de-baru-BOL376.pdf>. Acesso em: 21 fev.2023.

EVANS, Peter. Monocultura Institucional: instituições, capacidade e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan/jun, p. 20-63, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/pCYnHKTXXPL6wY9gWcd4Gbq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2023.

FABEIRO, Carmen Padín. **El desarrollo endógeno local. estudio de la actividad turística como forma de aprovechamiento de los recursos**: aplicación al caso del Baixo Miño, Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Vigo, Tese de doutoramento. 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=220355>. Acesso em: 18 mai. 2023.

FRANCO, Augusto de. **Capital Social**: Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Instituto de Política. Editora: Millennium. Curitiba, 2001.

FURLANETTO, Egidio Luiz. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. **Revista de Sociologia e Política**, n. 1, v. 16, 2008 <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rso-cp/a/Hgs7rYmbG4d5FrbJzPYH9cQ/?lang=pt#:~:text=%C3%89%20poss%C3%ADvel%20concluir%20que%20o,segundo%20os%20interesses%20dessa%20comunidade>. Acesso em: 21 fev. 2023.

GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3436475/mod_resource/content/0/Douglas%20North%202019-6.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

GALÍPOLO, G., GALA, P. E FERNANDES, D.A. Notas para uma avaliação da influência de Marx em Douglas North. **Anais da Anpec XXXIII**, 2005. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A013.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Biodiversidade do Cerrado**. Disponível em: Acesso em: <https://www.icmbio.gov.br/cbc/conservacao-da-biodiversidade/biodiversidade.html>. Acesso em: 15 fev. 2023.

IPAM. INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA.

Diagnóstico de Povos e Comunidades Tradicionais em Mato Grosso: Subsídio para processo de Inclusão Participativa no Subprograma de Agricultura Familiar do REM (2020). Janeiro, 2021. Disponível em: <https://remmt.com.br/novo2022/index.php/pt/21-posicao-4/353-programa-rem-mt-valoriza-cadeias-da-sociobiodiversidade-por-meio-de-edital-mais-acessivel-para-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 21 fev. 2023.

LORENZI, H. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Editora Plantarum Ltda. Nova Odessa, São Paulo vol. 1, 368 p. 1992.

KRUCKEN, L. Analisando a cadeia de valor: estratégias para inovar em produtos e serviços. **Revista DOM** – Fundação Dom Cabral. ano 2009. Disponível em: http://www.gestaoebt.com.br/blog/wp-content/uploads/2010/08/Artigo_Analisando-a-cadeia-Valor_jul2009.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

MAILLAT, Denis (1995), "Territorial dynamic, innovative milieus and regional policy", **Entrepreneurship & Regional Development**, Vol. 7, N. 2, pp. 157-165. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0898/1995>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MELO, Sonia Aparecida Beato Ximenes de; MELO, André Ximenes de; SILVA, Fabricio Schwanz da. **Perfil dos Extrativistas de Baru no Pantanal**. *Revista Desafio Online*, v. 3, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.ufms.br/revista-desafio-online/v3n3/perfil-dos-extrativistas-de-baru-no-pantanal>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MULS, L. M. **O Desenvolvimento Econômico Local do Município de Itaguaí**: O Capital Social e o Papel das Micro, Pequenas e Médias Empresas. PhD thesis, IE/UFRJ, Rio de Janeiro. 2004.

NORTH, D.C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Dougla C. Institutions. **Journal of Economic perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97- 112, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1695541/mod_resource/content/1/North%20281991%29.pdf. Acesso em: 16 de fev. 2023.

PEREIRA, Cristiane Santos; MEDEIROS, Reginaldo Antonio; CARVALHO, Andréia Matos de; RAYNUNDI, Luis Cláudio Fontes; BRITO, Gilmar Paz Ribeiro de. Ocorrência, Distribuição e Uso do Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.) no Bairro Jardim Pe. Paulo, em Cáceres, Mato Grosso, Brasil. **Revista Brasileira de Biociência**, v. 5, n. S1, p. 324-326, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-73452007000500013>. Acesso em: 01 jun. 2023.

PLANO ESTADUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE MATO-GROSSO. **Secretaria de Estado Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários – MT Cuiabá, MT**, 2017. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2017/08/15-06-18-versa%CC%83o-Web_-AF-Cartilha-PEAF-IPAM.pdf. Acesso em: 21 fev. 2023.

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE (PNPSB). **Portaria Interministerial MDA e MDS e MMA nº 239, de 21 de julho de 2009**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1024>. Acesso em: 21 fev.2023.

PROGRAMA REM - REDD FOR EARLY MOVERS - MT. **Chamada de Projetos 03/2020 (12 de fevereiro)**. Cuiabá, MT. 2020. <https://remmt.com.br/novo2022/index.php/pt/> Acesso: 21 Fev 2023.

PROGRAMA REM - REDD FOR EARLY MOVERS - MT. **Programa REM- Mato Grosso**. <https://remmt.com.br/novo2022/index.php/pt/18-posicao-1/355-programa-rem-mt-recebe-reforco-de-r-15-2-milhoes-para-atender-mais-organizacoes-em-chamada-de-projetos>. Acesso: 21 Fev 2023

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006. Disponível em: <https://humana.social/wp-content/uploads/2017/01/PUTNAM-Robert-1993-Comunidade-e-Democracia-A-Experi%C3%Aancia-da-It%C3%A1lia-Moderna.pdf>. Acesso em: 15 fev.. 2023.

RELATÓRIO DO MERCADO DE NOZES DO BARU. FONTE: **FACT.MR: 2022**. Disponível em: <https://www.factmr.com/report/1362/baru-nuts-market>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RIBEIRO, J. Cadima; SANTOS, J. Freitas. **Desenvolvimento Endógeno e Política Regional**. 2005. Disponível em: https://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/7171/1/Cadima_Freitas_2005_APDR.pdf. Acesso em: 17 mai. 2023.

SANTOS, José de Freitas.. **Localização da empresa estrangeira em Portugal (1990/1994): uma abordagem relacional** [location of foreign firms in Portugal (1990/1994): a network approach], unpublished Phd thesis, University of Minho, Braga. 1997. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/5208>. Acesso em: 18 mai. 2023.

SAWYER, D. **Políticas Públicas e Impactos Socioambientais no Cerrado**. In: GALINKIN, A. L.; PONDAAG, M. C. M (org). Capacitação de Lideranças do Cerrado, 2 ed., ver e 161 ampl., Brasília: TechnoPolitik Editora / Fundação Cebrac / PPPEcos (UNDP) / Cordaid. 184 p., 2009.

SEMA-MT - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE. **Programa REDD for Early Movers (REM) Estado de Mato Grosso**. Sistema Estadual de REDD+ Estratégia de Repartição de Benefícios, maio, 2019. Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/images/pt/Repartio-de-Beneficios---REM-MT---MAIO-2019.pdf>. Acesso em: 21 fev. de 2023.

SIMONI, Jane. A Revitalização do Extrativismo: Práticas de Economia Solidária e Sustentabilidade. in **IPEA, Economia Solidária e Políticas Públicas**. Boletim Mercado de Trabalho no. 42. Brasília: 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4049>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SOUZA, A. L. G, Santos, T.C., Silva. M.F.S., Silva. G.F. **Grau de inovação na cadeia de valor de produtos da sociobiodiversidade do litoral de Sergipe**. Research, Society and Development, v. 10, n. 10, e376101018916, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18916>

SNIF. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS. **Serviço Florestal Brasileiro**. Disponível em: <http://snif.florestal.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

WILLIAMSON, O. E. **Las Instituciones Económicas del Capitalismo**. Fondo de Cultura Económica, 1989.

WOLFE, D. A. "Social Capital and Cluster Development in Learning Regions", in J. Adam Holbrook e David A. Wolfe (eds.) *Knowledge, Clusters and Regional Innovation: Economic Development in Canada, Montreal and Kingston: School of Policy Studies*, Queen's University. Disponível em: http://sites.utoronto.ca/isrn/publications/WorkingPapers/Working00/Wolfe00_SocialCapital.pdf. Acesso em: 21 fev. 2023.

